


**PREJULGADO DE TESE Nº 013, 28 de junho de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.567****Processo nº 201604786-00**

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. VACÂNCIA DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO DURANTE OS DOIS PRIMEIROS QUADRIMESTRES DO ANO. CONTROLE INTERNO CORRETIVO OU "A POSTERIORI".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 06-11** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **28 de junho de 2016.**


Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão


Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Relator

Presentes: Conselheiros, Cezar Colares, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Antônio José Guimarães e Sérgio Leão; Conselheira substituta Adriana Oliveira; e a Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 12.567

Fls.1

PROCESSO:	201604786-00
MUNICÍPIO:	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO:	Prefeitura Municipal
ASSUNTO:	Consulta
SOLICITANTE:	JOÃO NETO ALVES MARTINS - Prefeito
RELATOR:	Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: Prefeitura Municipal de
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.
Consulta. Conhecimento.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos da proposição do Conselheiro Relator, que passa a integrar esta decisão:

I. Que a teor da consulta formulada pelo Exmo. Sr. **JOÃO NETO ALVES MARTINS**, Prefeito de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, **firmar** posição de que se houver vacância do cargo de Controlador Interno durante os dois primeiros quadrimestres de 2015, o controlador que assumir a partir de 01.09.15, deve valer-se do Controle Interno Corretivo ou *a posteriori*. Ainda que as remessas ocorram intempestivamente, o que sujeitará, a juízo do relator, a aplicação de multa diária ao ordenador, os procedimentos licitatórios e as prestações de contas quadrimestrais, devem obrigatoriamente ser enviados, eletronicamente, a esta Corte de Contas, acompanhado do Parecer do Controlador Interno que na data da remessa estiver designado para tal,

- Belém-Pará-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

observada a recomendação quanto ao instrumento de Controle Interno Corretivo.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 28 de junho de 2016.


Conselheiro **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Cezar Colares**
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães e a Procuradora Maria Inez K. de Mendonça Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201604786-00



PROCESSO Nº: 201604786-00

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

ASSUNTO: CONSULTA

INTERESSADO: JOÃO NETO ALVES MARTINS

RELATÓRIO

Trata o presente processo de consulta formulada pelo **Sr. João Neto Alves Martins**, Prefeito Municipal de São João do Araguaia, indagando sobre como proceder diante da vacância do cargo de Controlador Interno durante os dois primeiros quadrimestres do ano, nos seguintes termos:

"1 – Como o sistema licitatório poderá transmitir os processos desse período na plataforma SPE já que não existia a figura do Controlador nem tampouco seu 'token' para efetuar a transmissão dos processos?"

2 – Assim, o não envio dos processos licitatórios gera erro no sistema contábil ocasionando assim a não liberação do mesmo pra transmissão ao TCM. Como poderemos sanar tal impedimento?"

3 – Da mesma forma, como o sistema contábil poderá transmitir as contas dos 1º e 2º quadrimestres se não havia a figura do Controlador Interno nesse período? Excelências, este fato impossibilita a transmissão das contas, pois não há a emissão do relatório e não tem o 'token' do Controlador".

Os autos foram encaminhados à minha relatoria, nos termos do vigente Regimento Interno (art. 300, Caput – Ato n. 16/2013), para exame de admissibilidade e demais providências de instrução.

É o breve relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201604786-00



ADMISSIBILIDADE

Admito a consulta, eis que formulada em tese, proposta por pessoa legítima, e versa sobre matéria de competência deste Tribunal, preenchendo, portanto, os requisitos de admissibilidade dispostos no art. 298¹ do Regimento Interno. Sendo assim, voto pelo seu conhecimento.

MÉRITO

Superada a preliminar de conhecimento, passo ao mérito e respondo em tese a consulta.

Inicialmente, faz-se necessário o destacamento da Resolução nº 11.535/2014, de 01/07/2014,² que disciplinou a forma como os jurisdicionados devem utilizar a ferramenta de prestação de contas intitulada Mural de Licitações.

O Art. 5º da citada Resolução estabeleceu o período de 01/09/14 a 31/12/14 para que os Municípios pudessem utilizá-la, em caráter experimental, sendo, então, sua utilização de caráter obrigatório a partir de 01/01/15, **passando a ser indispensável sua utilização para lançamento das despesas no sistema e-contas, sob pena de glosa na prestação de contas.**

Entre outras premissas, como a de análise preventiva dos procedimentos licitatórios, buscou-se o fortalecimento da figura do Controlador Interno para que este pudesse exercer seu papel de fiscalizar para o gestor, e não o gestor, ampliando sua visão e conhecimento de todos os meandros da Administração, bem como auxiliando no uso do princípio da autotutela (Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal).

Estabeleceu-se, como requisito para geração do recibo de prestação de contas

¹ Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da lei Complementar n. 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

...

II. ser formulado em tese;

² Dispõe sobre a criação do Portal dos Jurisdicionados, tendo como etapa inicial a implementação do Mural de Licitações como meio obrigatório de apresentação ao TCM/PA em tempo real por meio eletrônico, das Licitações e Contratos, Convênios e Subvenções, Obras Públicas e Folha de Pagamento, como parte integrante da prestação de contas



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201604786-00



junto ao Mural de Licitações, a juntada do Parecer Final de Regularidade do Controle Interno, devidamente assinado digitalmente pelo responsável.

No que se refere ao Sistema Processual Eletrônico – SPE, a Resolução nº 002/2015, de 11/06/15³, regulamentou os procedimentos de envio eletrônico das prestações de contas fixando regras, prazos e rol de documentos indispensáveis a sua análise.

Entres estas, determinou-se como de envio obrigatório, junto às prestações de contas quadrimestrais de cada uma das unidades gestoras, o Relatório de Análise do Controle Interno acerca das contas do período.

Consoante ao que dispõem as Resoluções supramencionadas deve-se frisar a de nº 7.739/2005, de 25/01/05⁴, marco da obrigatoriedade de existência da figura do Controle Interno no âmbito da Administração Pública Municipal.

Depreendemos destas Resoluções o papel vital e fundamental conferido ao Parecer do Controle Interno como requisito obrigatório para prestação de contas dos procedimentos licitatórios - via Mural de Licitações - e prestações de contas quadrimestrais, via Sistema Processual Eletrônico.

Dessa forma, com base no exposto e na legislação vigente acerca da matéria, respondo ao consulente que:

Tratando-se o caso como vacância do cargo de Controlador Interno durante os dois primeiros quadrimestres de 2015, aquele que assumiu o cargo a partir de 01/09/15 deveria valer-se do denominado **controle interno corretivo ou “a posteriori”**. Ou seja, constatando falhas, desperdícios, irregularidades e ilegalidades sanáveis ou insanáveis, **que ocorrem após os atos/fatos terem sido realizados**, o Controle Interno atua corretivamente permitindo a adoção posterior de medidas que o caso requer.

Por mais que as remessas ocorram intempestivamente, o que sujeitará, a juízo do Relator, a aplicação de multa diária⁵ ao ordenador, os procedimentos licitatórios e prestações de contas quadrimestrais devem obrigatoriamente ser enviados,

³ Dispõe sobre os procedimentos para apresentação eletrônica das prestações de contas, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

⁴ Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação do Controle Interno nos Poderes Legislativo e Executivo, na forma do Art. 74 e Art. 75 da Constituição Federal de 1988.

⁵ Art. 13 da Resolução nº 11.535/2014



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
PROCESSO Nº 201604786-00



eletronicamente, a esta Corte com o devido Parecer do Controlador Interno que, na data da remessa, estiver designado para tal sendo observada a recomendação quanto ao instrumento do controle interno corretivo.

Esta é a resposta que submeto à apreciação deste Pleno.

Belém, ~~28~~ 29 de Junho de 2016.


Conselheiro Cezar Colares
Relator